



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

1. INFORMAÇÕES GERAIS

O Serviço Social do Comércio (Sesc) foi criado por meio do Decreto-Lei nº 9.853, de 13 de setembro de 1946, publicado no DOU de 16 de setembro de 1946.

O regulamento da Entidade foi estabelecido pelo Decreto nº 61.836, de 05 de dezembro de 1967, publicado no DOU de 07 de dezembro de 1967, com as modificações dispostas nos Decretos: nº 5.725, de 16 de março de 2006 (DOU de 17 de março de 2006), nº 6.031, de 1º de fevereiro de 2007 (DOU de 02 de fevereiro de 2007) e nº 6.632, de 05 de novembro de 2008 (DOU de 06 de novembro de 2008).

a) NATUREZA JURÍDICA DA ENTIDADE

O Sesc é uma Entidade com personalidade jurídica de direito privado, nos termos da lei civil, sem fins lucrativos e, em decorrência, enquadra-se na imunidade tributária prevista na letra “c”, do inciso VI, do artigo 150 da Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988.

b) NATUREZA DAS OPERAÇÕES E PRINCIPAIS ATIVIDADES DA ENTIDADE

O Sesc tem por finalidade estudar, planejar e executar medidas que contribuam para o bem-estar social e a melhoria do padrão de vida dos comerciários e suas famílias e, bem assim para o aperfeiçoamento moral e cívico da coletividade, através de uma ação educativa que, partindo da realidade social do país, exercite os indivíduos e os grupos para adequada e solidária integração numa sociedade democrática.

c) DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO E COM AS NORMAS DE CONTABILIDADE APLICÁVEIS

Nossas práticas e demonstrações contábeis são regulamentadas por normas específicas do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), por meio das Resoluções CFC nº 1.128 a 1.137/2008, que aprovaram as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) nº NBC T 16.1 a 16.10, e incorporadas internamente ao Código de Contabilidade e Orçamento (CODECO) do Serviço Social do Comércio, que regula a aplicabilidade em âmbito nacional sob a coordenação do Departamento Nacional.

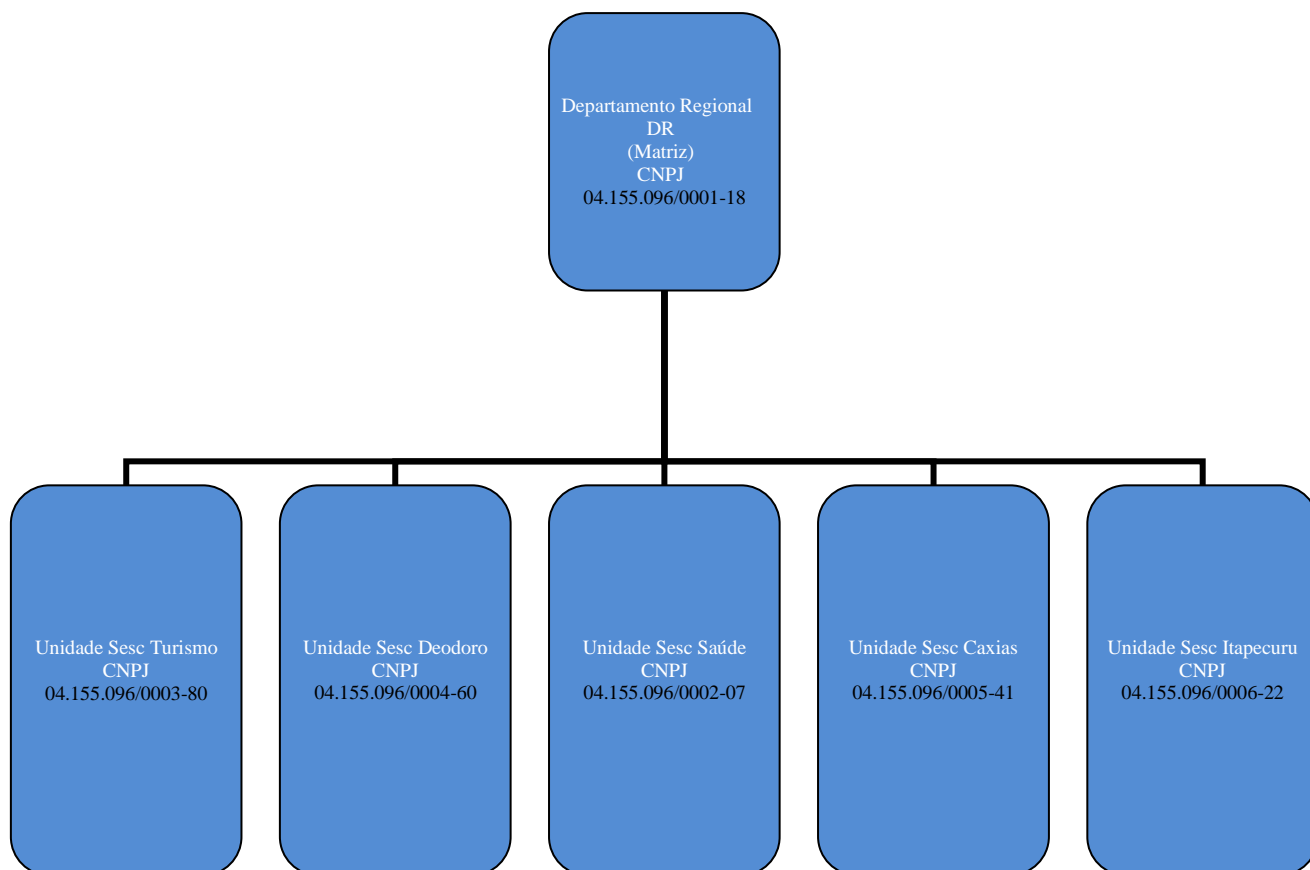
As Resoluções Sesc nº 1.245 e 1.246/2012, alteradas pela de nº 1.291/2014, reformularam o CODECO, contemplando as novas práticas e demonstrações contábeis, com vigência de forma facultativa a partir de 2015 e compulsória a partir de 2018.

2. SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO NO MA

Estas Notas Explicativas às demonstrações contábeis referem-se ao Departamento Regional do Sesc/MA, órgão executivo da Administração Regional, esta com jurisdição nos municípios de São Luís, Caxias e Itapecuru-mirim, composta ainda por Conselho Regional – órgão deliberativo.

a) DOMICÍLIO DO DEPARTAMENTO REGIONAL

O Departamento Regional do Sesc/MA, inscrito no CNPJ Matriz nº 04.155.096/0001-18, tem sede na Avenida dos Holandeses, s/n, Quadra 24 Jardim Renascença II, CEP 65.075-650, São Luis/MA, com a seguinte estrutura:



A Unidade Sesc Turismo possui um espaço planejado para oferecer momentos de descontração e lazer, que é essencial para a satisfação, equilíbrio e qualidade de vida do trabalhador do comércio de bens, serviços e turismo, tem espaço garantido no quadro de ações promovidas pelo Sesc. São oferecidas atividades recreativas, oficinas, torneios esportivos de diversas modalidades, apresentações musicais e festas dançantes que proporcionam experiências de reflexão, entretenimento e desenvolvimento físico, com o objetivo de estimular a participação, a solidariedade e a integração sociocultural.

A Unidade Sesc Deodoro contribui de forma relevante para a democratização do acesso às produções locais e nacionais em diversas modalidades artísticas como

dança, música, artes visuais, cinema e literatura, atuando como elemento articulador entre produtores e consumidores de bens culturais e na área educacional o foco no processo de formação de cidadãos permeia todos os projetos, visando despertar a consciência crítica e motivar a participação de forma ativa em questões sociais e ambientais. As ações educativas da instituição beneficiam crianças, adolescentes e também adultos a partir de projetos e programas de trabalho na área.

A Unidade Sesc Saúde desenvolve um sistemático trabalho educativo-preventivo por meio de um conjunto de práticas, saúde bucal e disseminação de informações que contribuem, de forma criativa, para a aquisição de hábitos voltados para a preservação da saúde. A unidade oferece ainda uma ampla estrutura de atendimento odontológico, com profissionais qualificados.

A Unidade Sesc Caxias atende o trabalhador do comércio de bens, serviços e turismo e o público em geral, tanto nos eixos de educação e cultura, quanto saúde, esporte e lazer, através de programas e projetos sociais.

A unidade Sesc Itapecuru também atende o trabalhador do comércio de bens, serviços e turismo e o público em geral, tanto nos eixos de educação e cultura, quanto saúde, esporte e lazer, através de programas e projetos sociais

b) CONTEXTO OPERACIONAL DO DEPARTAMENTO REGIONAL

Ao Departamento Regional do MA compete a execução de normas e diretrizes gerais de ação do Sesc estabelecidas pelo Departamento Nacional, prestar serviços nas áreas de educação, saúde, cultura, lazer e assistência aos trabalhadores do comércio de bens, serviços e turismo do Estado do Maranhão.

3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Este Departamento Regional, a partir do exercício de 2018, adotou as novas práticas contábeis e demonstrações contábeis em suas totalidades, passando a retratar em seus demonstrativos e relatórios os registros e controles dos impactos decorrentes das seguintes mudanças: Regime de competência para as variações patrimoniais diminutivas (tratadas como despesas até o exercício de 2017) e para as variações patrimoniais aumentativas (tratadas como receitas até o exercício de 2017), depreciação dos ativos patrimoniais, provisão de férias e 13º salário, aumento no controle dos atos potenciais ativos e passivos, plano de contas reformulado, dentre outras.

Assim, as demonstrações contábeis apresentadas, em cumprimento às disposições legais e regulamentares, contêm dados do Departamento Regional, incluindo todas as Unidades Operacionais.

Os fatos contábeis foram registrados e as Demonstrações Oficiais extraídas por meio da ferramenta eletrônica Sistema de Gestão Financeira (SGF). Esse sistema caracteriza-se por gerenciar contabilidade, orçamento, contas a pagar, contas a receber e tesouraria.

Para fins de cumprimento da legislação vigente, toda documentação contábil resultante do registro dos fatos contábeis encontra-se arquivada em ordem cronológica. Esses registros foram efetuados em formulários próprios e serão transformados em Livros Diários autenticados, em observância às formalidades legais e técnicas que disciplinam a matéria.

4. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

O Conselho Fiscal, órgão de fiscalização financeira da Administração Regional, é responsável pelo controle e fiscalização da aplicação de recursos do Sesc/MA.

Nossas contas são, também, fiscalizadas e auditadas pelo Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU) e pelo Tribunal de Contas da União (TCU), e os Orçamentos são aprovados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário.

5. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS APLICADAS

Na elaboração e apresentação das Demonstrações Contábeis foram aplicados princípios, convenções, procedimentos e regras específicas.

a) BASES DE MENSURAÇÃO

Considerando a utilização de seus ativos de forma natural, consumidos somente na consecução de suas finalidades programáticas, os registros foram realizados com base no custo histórico.

b) CONTINGÊNCIAS

Não há passivo contingente registrado contabilmente em contas de Passivo e Resultado. As contingências fiscais, legais, trabalhistas, cíveis e outras estão controladas em contas de Atos Potenciais Ativos e Passivos, compondo o Balanço Patrimonial. Os processos jurídicos podem demorar mais que o exercício subsequente para serem resolvidos, por isso, não oneramos o orçamento do ano com causas que ainda não foram finalizadas, engessando assim recursos de nossas atividades fins.

6. RESUMO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICANTES

As demonstrações contábeis foram elaboradas em obediência às características qualitativas das informações. As principais práticas na elaboração das demonstrações financeiras são as seguintes:

a) APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Estão registrados ao custo de aplicação, acrescidos dos rendimentos proporcionais até a data do balanço;

b) ESTOQUES

Os estoques em almoxarifado são demonstrados pelo custo de aquisição e o método para mensuração e avaliação das saídas do almoxarifado é o custo médio ponderado, e são formados prioritariamente por material de almoxarifado ou, ainda, por produtos para revenda, vinculados às atividades desenvolvidas, com grande rotatividade.

c) PROVISÕES PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

A provisão para créditos de liquidação duvidosa não é realizada. A entidade se caracteriza pelos preços subsidiados com caráter pedagógico e educativo.

d) DEMAIS DIREITOS

Os demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo estão demonstrados aos seus valores originais, adicionados, quando aplicável, pelos valores de juros e variações monetárias ou, no caso de despesas pagas antecipadamente, demonstrados pelo valor de custo.

e) IMOBILIZADO

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e crescido das reavaliações. As depreciações são calculadas pelo método linear, às seguintes taxas estabelecidas, desconsiderando o valor residual:

<u>Grupo de Bens</u>	<u>Vida Útil</u>	<u>Taxa de depreciação</u>
Móveis e Utensílios	10	10%
Máquinas e Equipamentos	10	10%
Equipamentos de Informática	05	20%
Veículos	05	20%
Edificações	25	4%

f) REAVALIAÇÃO PATRIMONIAL

Considerando o Boletim Informativo Contábil do SESC, emitido via Circular Interna, Vol.2, Edição 1, RJ, de 14/09/2018, que orienta que devido a implantação do novo Código de Contabilidade e Orçamento (CODECO), aprovado pela resolução 1.245/2012. A contabilidade do Serviço Social do Comércio - SESC, em adequação aos padrões internacionais de contabilidade e em observância a NBC TSP 07, que vigora desde janeiro de 2019, determina que os bens imóveis da AR/MA sejam reavaliados a valor de mercado dentro dos critérios estabelecidos pela norma específica. Para tanto, se procedeu ao processo de reavaliação dos Bens Imóveis do SESC/MA através da contratação de empresa especializada para emissão de Laudo Técnico de Avaliação Imobiliária com determinação do valor de mercado, bem como da estimativa do novo prazo de vida útil dos imóveis AR/MA. No entanto, cabe frisar que como o CODECO ainda não está adequado a NBC TSP 07, norma que trata da reavaliação, uma vez que o Plano de Contas Contábil inviabiliza a correta contabilização dos resultados da reavaliação na conta “Reserva de Reavaliação” diretamente no Patrimônio Líquido.

Assim, até a devida revisão do CODECO, os resultados com a reavaliação, sejam eles positivos ou negativos, serão contabilizados como receita ou despesa, respectivamente, sendo transferidos para a conta de reserva de reavaliação após as alterações devidas.

Segue abaixo as informações do processo de reavaliação, conforme orienta a norma divulgação de reavaliação:

- a) As bases para reavaliação, além da norma em epígrafe, é o Laudo Técnico emitido por empresa especializada com profissional avaliador legalmente habilitado nos autos do processo de reavaliação. A avaliadora é a empresa JMM dos Reis, CNPJ nº 23.108.960.0001-75, Engenheiro avaliador o Sr. José Murilo Moura dos Reis, CREA 110440994-1 / CREA 7021 D/MA. O ganho com a Reavaliação de Ativo registrado foi de R\$ 9.969.253,31.
- b) A reavaliação foi seguida de contrato mediante dispensa de licitação, sempre em observância a norma de contratação deste Regional, onde se formulou contrato de prestação de serviço, com direitos e obrigações claras para ambas as partes, com definição dos parâmetros, bem como da forma de composição e da entrega dos Laudos Técnicos de Avaliação. Os Laudos Técnicos foram emitidos na data de 17 de dezembro de 2019.

g) **PASSIVO CIRCULANTE E EXIGÍVEL A LONGO PRAZO**

Estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço, observando o regime de competência;

h) **DETERMINAÇÃO DO RESULTADO**

O resultado é apurado em obediência ao regime de competência de exercícios.

i) EVENTOS SUBSEQUENTES

Declaramos a inexistência e/ou conhecimento de fatos ocorridos subsequentemente à data de encerramento do exercício que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial ou financeira da Entidade ou que possam provocar efeitos sobre seus resultados futuros.

7. INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

a) RESULTADO NO PERÍODO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS

As variações patrimoniais aumentativas totalizam R\$ 75.698.202,21 no ano, apresentando a seguinte composição:

Variações Patrimoniais Aumentativas	2018	%Part.	2019	%Part.
Contribuições	40.077.377,48	75,08%	42.772.852,80	56,50%
Serviços	5.383.347,29	10,09%	5.920.456,90	7,82%
Financeiras	3.516.943,33	6,59%	3.453.834,26	4,57%
Outras	4.396.066,61	8,24%	13.581.804,94	17,94%
Valorização de Ativos			9.969.253,31	13,17%
Totais	53.373.734,71	100,00%	75.698.202,21	100,00%

A receita de contribuição corresponde a 56,50% da receita total acumulada em dezembro/2019 e as demais respondem por apenas a 43,50%.

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS

As variações patrimoniais diminutivas totalizam R\$ 65.103.053,53 no ano, apresentando a seguinte composição:

Variações Patrimoniais Diminutivas	2018	%Part.	2019	%Part.
Pessoal e Encargos	24.707.244,48	33,57%	35.262.292,63	54,16%
Uso de Bens e Serviços	21.119.662,49	28,70%	23.601.368,59	36,25%
Financeiras	117.812,40	0,16%	124.267,45	0,19%
Transferências	1.178.274,91	1,60%	1.257.521,85	1,93%
Desvalorização e Perdas de Ativos	21.090.646,71	28,66%	2.680.345,83	4,12%
Outras	5.379.699,96	7,31%	2.177.257,18	3,35%
Totais	73.593.340,95	100,00%	65.103.053,53	100%

Analisando o comportamento destas variações no período, podemos afirmar que o montante realizado, representa 99,05% das variações patrimoniais aumentativas totais.

A Desvalorização e Perdas de Ativos referem-se ao registro de depreciação do exercício atual no valor de R\$ 2.680.345,83

As variações patrimoniais diminutivas com Pessoal e Encargos Sociais representaram no período 46,58% das variações patrimoniais aumentativas.

Os encargos sociais, em relação às demais variações patrimoniais diminutivas de pessoal, foram de 31,07%, dentro do parâmetro de 40% adotado pelo Conselho Fiscal da Administração Nacional do SESC.

RUBRICA		NOMENCLATURA	R\$
3.1.1.1	A	Remuneração a Pessoal	21.841.280,39
3.1.2.1	B	Encargos Patronais	6.835.985,68
3.1.9.1	C	Outras VPD's - Pessoal e Encargos	160.671,61

$$\frac{B}{A + C} = \frac{6.835.985,68}{22.001.952,00} = 31,07\%$$

RESULTADO

O resultado operacional do período é positivo no valor de R\$ 10.595.148,68 apresentando a seguinte composição:

	nov/2019	No Mês	No Período
Variações Patrimoniais Aumentativas	5.196.086,17	7.919.787,64	75.698.202,21
Variações Patrimoniais Diminutivas	5.542.513,29	6.507.704,99	65.103.053,53
Resultado Operacional	- 346.427,12	1.412.082,65	10.595.148,68

O Resultado acumulado do Período apresentou um superávit da ordem de 14%, o que demonstra que do montante das variações patrimoniais aumentativas do período, 86% foram consumidas com o montante das variações patrimoniais diminutivas. Houve superávit econômico financeiro na ordem de R\$ 10.418.041,02 conforme demonstração:

Receita realizada até o mês R\$ 75.698.202,21
Outras Variações R\$ 2.399.332,73 R\$ 78.097.534,94

Despesa realizada até o mês R\$ 65.103.053,53
Outras Variações R\$ 2.576.440,39 R\$ 67.679.493,92

Superávit Econômico e Financeiro de 2019..... R\$ 10.418.041,02

b) ANÁLISE DE CONTAS

Analisando o Balanço Patrimonial destacamos as contas, que em nosso entendimento merecem explicações adicionais:

CONTA 1.1.1.2 – DISPONIBILIDADES VINCULADAS

O saldo de R\$ 579.536,95, refere-se:

- a) R\$ 579.536,95 ref. ao montante de depósitos de cauções. Este valor encontra contrapartida na conta do Passivo 2.1.2.4.9 – CAUÇÕES
- b) Informamos que o saldo da conta 2.1.2.4.9/Outros Créditos Contratuais é de R\$ 580.266,11 que comparado com a conta 1.1.1.2.1/Bancos Conta Vinculada apresenta diferença no valor de R\$ 729,16 que é referente à retenção da caução no mês de dezembro/2019 da empresa Gamar Eng. e Comércio Ltda EPP não depositada no mês em referência.

CONTA 1.1.2.1.2 – ARRECADAÇÃO COMPULSÓRIA

O valor de R\$ 5.724.837,32 tem a seguinte composição:

- a) O valor de R\$ 7.599,87 refere-se a desconto indevido efetuado em novembro de 1999 pelo INSS na arrecadação do SESC em favor do SEST/SENAT, pendente de solução por conta de mandato de segurança interposto pelo Sesc Administração Nacional ainda sem julgamento definitivo – Processo nº 1999.34.00.034116-7. Este valor está correspondido em conta do ativo 1.1.2.1.2.

- b) O valor de R\$ 5.717.237,45 refere-se ao registro de apropriação da arrecadação compulsória do mês de dezembro e 13º salário de 2019 a ser repassada pela Receita Federal do Brasil em janeiro de 2020.

CONTA 1.1.2.5.3 – ADIANTAMENTOS DO 13º SALÁRIO

O valor de R\$ 491,34 refere-se a desconto efetuado a menor na folha de pagamento do mês de Dezembro/2019 e será regularizado na folha de Janeiro/2020.

CONTA 1.1.2.9.1 – PRÊMIOS DE SEGURO

O saldo de R\$ 11.208,68 refere-se a seguro de bens imóveis com término da vigência em 01/03/2020, que será transferido desta conta para Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica no exercício 2020.

CONTA 2.1.2.2.2 – AN – C/ADIANTAMENTO P/PROJETOS ESPECIAIS

O valor de R\$ 874,39 refere-se a saldo remanescente, em razão do montante da transferência de numerário efetuada pelo DN no exercício 2018 ter sido superior ao pagamento de bolsas de estágio e de acordo com informações do DN, será realizada transferência deste valor para conta movimento.

c) AJUSTES DE ADOÇÃO AO NOVO CODECO

A partir do exercício de 2018 com a entrada da vigência do novo CODECO, absorvendo as novas práticas contábeis, aprovado pela resolução Sesc nº 1.245/2012, a Administração Regional do Sesc efetuou registro de provisão de férias e 13º salário.

8. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

a) EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA RECEITA

Da análise do quadro Balanço Orçamentário podemos concluir que a arrecadação da receita atingiu 97,39% do previsto no orçamento.

b) EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA

Da análise do quadro Balanço Orçamentário podemos concluir que a realização da despesa atingiu 92,49% do previsto no orçamento.

c) REALIZAÇÃO DE VERBA ORÇAMENTÁRIA ACIMA DO AUTORIZADO

A Conta 5.1.5.3 Contribuições Confederativa e Federativas – apresenta saldo negativo no valor de R\$ 42.309,85, por ser vinculada à arrecadação compulsória e ter apresentado uma realização maior que a prevista pelo Departamento Nacional.

d) SITUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

O exame do Balanço Financeiro revela que o disponível foi de R\$ 63.231.033,92 (Sessenta e três milhões duzentos e trinta e um mil trinta e três reais e noventa e dois centavos), representando uma variação para mais de 13,72% em face dos resultados alcançados, conforme demonstramos abaixo:

Receita Orçamentária	65.728.948,90	
Despesa Orçamentária	<u>62.422.707,70</u>	<u>3.306.241,20</u>
Receita Extra - Orçamentária	5.853,40	
Despesa Extra - Orçamentária	<u>9.440,00</u>	<u>-3.586,60</u>
Variações no Passivo	1.655.770,92	
Variações no Ativo	<u>2.668.914,61</u>	<u>4.324.685,53</u>
Total		<u>7.627.340,13</u>
Disponível em: 31/12/2018		55.603.693,79
Disponível em: 31/12/2019		<u>63.231.033,92</u>
Variação Positiva Disponível		7.627.340,13

O exame da Demonstração das Variações Patrimoniais revela que o Patrimônio Líquido da Entidade que em 31/12/2018 era de 115.991.266,12 (Cento e quinze milhões novecentos e noventa e um mil duzentos e sessenta e seis reais e doze centavos) aumentou em R\$ 12.534.084,97 (Doze milhões quinhentos e trinta e quatro mil oitenta e quatro reais e noventa e sete centavos) passando para R\$ 128.525.351,09 (Cento e vinte e oito milhões quinhentos e vinte e cinco mil trezentos e cinquenta e um reais e nove centavos), em decorrência dos seguintes resultados obtidos:

Resultado Orçamentário		3.306.241,20
Mutações Patrimoniais	Positivas	2.177.257,18
Varição Extra – Orçamentária	Positiva	2.116.119,50
Varição Extra – Orçamentária	Negativa	2.576.440,39
Valorização e Ganhos de Ativos		10.191.253,31
Desvalorização e Perdas de Ativos		2.680.345,83
Superávit do Exercício		12.534.084,97

e) SUPERÁVIT FINANCEIRO

O superávit financeiro é apurado com base no último Balanço Patrimonial por meio da equação: Disponibilidades Efetivas menos Exigível Imediato.

TÍTULO	SALDO EM: 31/12/2018	SALDO EM: 31/12/2019
Disponibilidades Efetivas	54.905.145,22	62.651.496,97
Exigível Imediato	1.714.943,96	3.531.704,87
Superávit Financeiro	53.190.201,26	59.119.792,10

f) SITUAÇÃO PATRIMONIAL

a) ÍNDICE DE LIQUIDEZ IMEDIATA:

$$\frac{\text{Disponibilidades Efetivas}}{\text{Exigível Imediato}} = \frac{62.651.496,97}{3.531.704,87} = 17,74$$

b) ÍNDICE DE LIQUIDEZ MEDIATA:

$$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} = \frac{73.099.755,29}{4.138.919,39} = 17,66$$

c) ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL:

$$\frac{\text{Ativo Circulante - (Valores em Apuração + Despesas Antecipadas)}}{\text{Passivo Circulante - (Valores em Apuração + Receitas Antecipadas)}} = \frac{72.596.485,73}{4.138.919,39} = 17,54$$

g) BAIXA NO ATIVO NÃO CIRCULANTE

A conta 3.9.9.1.1.02.01– O. VPD's - Baixa no Ativo Não Circulante – Investimentos apresenta no exercício de 2019 um saldo antes do encerramento de R\$ 2.157.510,67 (Dois milhões cento e cinquenta e sete mil quinhentos e dez reais e sessenta e sete centavos)



A conta 3.9.9.1.1.02.02 – O. VPD's Baixa no Ativo Não Circulante - Inversões Financeiras – apresenta no exercício de 2019 um saldo antes do encerramento de R\$ 409.489,72 (Quatrocentos e nove mil quatrocentos e oitenta e nove reais e setenta e dois centavos)

São Luis (MA), 31 de dezembro de 2019.